

Casal recebe apoio de envolvidos no episódio

Icushiro Shimada, que era sócio da escola, diz que “alguma coisa precisa ser feita”

O comerciante Icushiro Shimada, ex-sócio da Escola Base, manifestou apoio à iniciativa do casal Saulo e Mara Nunes de enviar uma carta ao presidente Fernando Henrique. “Eles estão certos, alguma coisa precisa ser feita”, defendeu.

“Essas injustiças ainda não acabaram, como ficou visível recentemente no caso do rapaz que foi acusado de mandar a tal bomba para o Itamaraty”, acrescentou. Ele se referia ao episódio da prisão de Jorge Mirândola, apontado pela Polícia Federal como responsável pela explosão de uma carta-bomba e depois inocentado. “Acho que é um erro tremendo divulgar nomes sem provas.”

As trapalhadas na Escola Base, da Aclimação, hoje desativada, começaram no dia 29 de março de 1994, quando duas mães de alunos procuraram a polícia para denunciar que as crianças da escola estariam sofrendo abuso sexual.

Lúcia Eiko Tanoue e Cléa Parente Carvalho disseram ao delegado Edélcio Lemos, do 6º DP, do Cambuci, que seus filhos, ambos de 4 anos, teriam sido obrigados a participar de filmes pornográficos.

Kombi — A suspeita das mães começou quando o filho de Lúcia teria contado que era levado pelos “tios” na Kombi da escola para uma casa grande com aparelhos eletrônicos, onde pessoas ficavam sem roupa, tiravam fotos e faziam filmagens. O menino disse que a filha de Cléa teria sido levada também. Lúcia ligou para Cléa e a garota teria confirmado a história.

Um parecer posterior, preparado por uma psicóloga da 1ª Delegacia da Mulher, desconsiderou totalmente a descrição feita pelas crianças. O documento, anexado ao inquérito em sua segunda fase, apontava para uma eventual “condução” das crianças no momento das

declarações e para a inexistência de qualquer indício de trauma.

Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França Nunes foram envolvidos no caso quando o filho de Lúcia afirmou ter ido à casa do casal durante o horário de aula. O filho do casal, também com 4 anos de idade em março do ano passado, era aluno da Escola Base.

Segundo as acusações das mães, consideradas infundadas no decorrer do processo, as crianças seriam levadas para o local das supostas filmagens na Kombi dirigida por Maurício Monteiro Alvarenga, então casado com Paula Milhim, ambos sócios da escola.

Exames — No dia 1º de abril, a escola foi depredada. Três dias depois, o delegado Lemos divulgou o resultado de exames feitos pelo Instituto Médico Legal nas crianças. Segundo ele, uma das crianças teria mesmo sofrido abuso sexual.

Mais tarde, no entanto, ficou comprovado que as “evidências” encontradas pelos peritos podiam ter sido provocadas por problemas intestinais.

No dia seguinte, Saulo e Mara foram presos. “O maior medo dos dois era sofrer algum tipo de represália por parte dos outros detentos”, lembra a advogada Maria Elisa Munhol. “Não faltaram ameaças e eles até hoje se sentem vulneráveis.”

A prisão temporária dos outros quatro acusados também foi decretada. Acusado de conduzir mal as investigações e dar declarações precipitadas, o delegado Lemos foi afastado no dia 8 de abril. A Justiça indeferiu os pedidos de prisão e mandou soltar o casal.

O inquérito, com mais de mil páginas, terminou inocentando os seis acusados. A segunda fase do processo foi conduzida pelo delegado Gerson de Carvalho. Todos foram ouvidos, acusados e acusadores. O caso foi definitivamente arquivado no dia 11 de junho pelo juiz-corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo), Francisco Galvão Bruno. (C.R.)